

SUMÁRIO

Capítulo I – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA: A PETIÇÃO INICIAL	33
1.1 Observações acerca da petição inicial da reclamação trabalhista ...	33
1.1.1 Mais objetividade.....	33
1.1.2 A destacar na petição inicial: procedimentos ordinário e sumaríssimo	37
1.1.3 Reclamação sujeita ao procedimento ordinário	38
1.1.4 Reclamação sujeita ao rito sumaríssimo – Lei nº 9.957/2000	44
1.1.5 Acerca do rito sumário.....	45
1.1.6 Documentos importantes a serem apresentados com a inicial.....	47
1.1.7 Inépcia da inicial: pedidos líquidos e desnecessidade de planilha de cálculos.....	47
1.1.8 Aditamento à inicial – até quando pode ser feito	53
1.1.9 A desistência da reclamação ou de algum pedido: até quando pode ocorrer sem depender da anuência do reclamado	59
Capítulo II – ACERCA DA DEFESA DO RECLAMADO.....	63
2.1 A apresentação de documentos no PJE	63
2.2 Do interstício mínimo para a preparação da defesa.....	66
2.2.1 O prazo para apresentação da contestação oral e da contestação escrita.....	67
2.3 Sigilo e segredo de justiça – Diferenças.....	68
2.3.1 Sigilo na resposta do réu e seus documentos.....	70
2.4 Sobre a exceção.....	70
2.4.1 Procedimento do incidente de exceção.....	70

2.4.2	Acerca da suspeição do juiz – na CLT.....	72
2.4.2.1	Impedimentos do juiz – no CPC.....	73
2.4.2.2	Suspeição do juiz – no CPC.....	74
2.4.2.3	Do procedimento da exceção de suspeição ou de impedimento.....	74
2.4.3	Sobre a exceção de incompetência relativa – em razão do lugar.....	75
2.4.3.1	Exceção de incompetência relativa – CLT re- formada.....	94
2.5	Acerca da contestação.....	97
2.5.1	A contestação.....	97
2.5.2	Contestação e defesa processual.....	98
2.5.3	Importante: alegação de compensação e dedução.....	113
2.5.4	Estrutura formal de uma contestação.....	114
2.5.5	Contestação – preliminar – indeferimento da gratuidade de Justiça à parte reclamante.....	123
2.6	A reconvenção.....	130
2.6.1	O que é a reconvenção?.....	130
2.6.2	Acerca da reconvenção – legislação.....	130
Capítulo III – DA AUDIÊNCIA.....		135
3.1	Audiência – Horários e atrasos.....	135
3.2	Do comparecimento das partes em audiência.....	136
3.3	Representação do empregador: preposição – preposto.....	137
3.4	Do não comparecimento dos litigantes na audiência.....	142
3.4.1	Do arquivamento da ação – Lei 13.467/17.....	152
3.4.1.1	Do arquivamento da reclamação.....	152
3.4.2	Mitigação dos efeitos da revelia e novos efeitos da presença do advogado na audiência – Lei 13.467/17 – Reforma Trabalhista.....	161
3.4.3	Ausência da reclamada na audiência, revelia e confissão e ônus da prova no tocante à existência de relação de emprego e à jornada de trabalho.....	162
3.5	A audiência una e o seu fracionamento.....	166
3.6	O fracionamento da audiência. Art. 849 da CLT.....	166
3.7	Ausência das partes por motivo relevante.....	167

3.8	Cuidados com o pedido de adiamento da audiência.....	169
3.9	A importância da conciliação: uma mudança de paradigma.....	171
3.9.1	O princípio da conciliação.....	171
3.9.2	Quiz da conciliação	173
3.9.3	Observações importantes	177
3.9.3.1	A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz.....	177
3.9.3.2	Acordo – Incidência ou não de contribuição previdenciária	178
3.9.3.3	Possibilidades de negociação e o que pode ser objeto do acordo e de quitação.....	179
3.9.3.4	Acordo com quitação geral do extinto contrato de trabalho.....	179
3.10	Técnicas de conciliação.....	182
3.10.1	Técnica do silêncio	182
3.10.2	Audição da proposta implícita.....	183
3.10.3	Evitar o enfoque prospectivo	183
3.10.4	Inversão de papéis (empatia/validação).....	183
3.10.5	<i>Bode na sala</i>	184
3.10.6	Preposto sem autonomia (falso preposto).....	185
3.10.7	<i>Beliscada</i>	186
3.10.8	Não se impressionar com os ultimatos.....	187
3.10.9	Cuidado: o advogado <i>ex adverso</i> não é um inimigo.....	187
3.10.10	A busca pelo acordo, mesmo que parcial	188
3.10.11	Organização de questões e interesses.....	188
3.10.12	Compromisso e coerência	189
3.10.13	A política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da justiça do trabalho: CONAPROC, NUPEMEC e CEJUSC	190
3.10.13.1	Mediação Pré-Processual	199
3.10.13.2	O Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	199
3.10.13.3	O Portal da Conciliação	202
3.11	Homologação de acordo extrajudicial	202
3.12	A Irrecorribilidade do termo de conciliação judicial.....	210
3.13	Das provas em audiência	210

3.13.1	A distribuição do ônus da prova.....	211
3.13.1.1	A distribuição estática do ônus da prova.....	212
3.13.1.2	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	216
3.13.1.3	Não dependem de prova	219
3.14	Acerca da instrução processual.....	222
3.14.1	O interrogatório e a CLT.....	222
3.14.2	O depoimento das partes e o CPC.....	226
3.14.3	Da prova testemunhal.....	228
3.14.3.1	O comparecimento de testemunhas à audiência	230
3.14.3.2	A testemunha que não comparece à audiência .	231
3.14.3.3	Do depoimento da testemunha	232
3.14.3.4	Sobre a contradita de testemunha – e a subsidiariedade do CPC.....	232
3.14.3.5	Quem não pode depor como testemunha, segundo o CPC/2015.....	232
3.14.4	Contradita e preclusão	239
3.14.5	A inquirição das testemunhas	246
3.14.6	A testemunha, o compromisso de dizer a verdade e a multa prevista na CLT.....	248
3.14.7	Acerca da prova emprestada.....	251
3.14.8	Depoimentos e a postura dos advogados.....	257
3.15	Técnicas de interrogatório.....	258
3.15.1	O interrogatório das partes.....	259
3.15.2	Condutas para uma atuação eficiente em audiência.....	261
3.15.3	Perguntas a serem evitadas no interrogatório e/ou no contrainterrogatório.....	263
3.16	A audiência e a distribuição do ônus da prova: questionário de verificação prática.....	263
3.17	Da prova documental.....	281
3.17.1	Documentos trabalhistas típicos e a presunção relativa de verdade de seu conteúdo	283
3.17.2	Da oportunidade de juntada de prova documental.....	286
3.17.3	Da (i) licitude da prova documental – Gravação de Conversas.....	289

3.17.4	Videomonitoramento do ambiente de trabalho – Revis- tas em pertences do empregado	291
3.17.5	Monitoramento de correio eletrônico	294
3.18	A prova pericial (CLT).....	296
3.18.1	A prova pericial no CPC	298
3.18.2	Perícia e revelia.....	301
3.18.3	O laudo pericial e o livre convencimento do juiz.....	301
3.18.4	A prova técnica simplificada: novidade do CPC 2015.....	304
3.18.5	Honorários periciais – Lei nº 13.467/2017	305
3.18.6	O cadastramento de peritos para atuação na Justiça do Trabalho	308
3.19	Acerca do trabalho do perito em casos envolvendo acidente de trabalho e doença ocupacional	313
3.20	Sobre a inspeção judicial	327
3.21	Acerca das audiências Telepresenciais – Pandemia Covid-19.....	328
3.21.1	A Covid-19 e a natureza essencial da atividade jurisdic- cional	328
3.21.1.1	Pandemia covid 19 – registro histórico das atividades da justiça do trabalho	329
3.21.2	A retomada das atividades jurisdicionais, porém com a vedação ao trabalho presencial – Resolução nº 314/2020 – CNJ	331
3.21.3	Videoconferências em audiências.....	332
3.21.4	A retomada gradual dos atos jurisdicionais – Audiências telepresenciais.....	333
3.21.5	Preparativos para a realização da audiência telepresen- cial.....	334
3.21.6	Cuidados do(a) secretário(a) de audiência para o uso da sala de audiência presencial.....	334
3.21.7	Da orientação às partes e procuradores quanto ao for- necimento de contatos	335
3.21.8	Quando a parte pretende a oitiva de testemunha.....	335
3.21.9	Oitiva da testemunha – Cuidados	336
3.21.10	Da audiência de conciliação sem a presença das partes	336
3.21.11	Do ingresso das partes e advogados na sala virtual de audiência.....	336

3.21.12	Da gravação da audiência e da necessidade de ata	337
3.21.13	Falha durante a transmissão da audiência virtual.....	337
3.21.14	A gravação da audiência telepresencial poderá ser des- cartada	337
3.21.15	Solicitação de audiência visando conciliação.....	337
3.21.16	Cartas precatórias.....	337
3.21.17	Da vestimenta adequada	338
3.21.18	Da resistência à audiência telepresencial	338
3.21.18.1	O dever geral de cooperação e boa-fé e a razoável duração do processo.....	338
3.21.18.2	A coleta prévia de provas e preparação de defesa	339
3.21.18.3	Da suposta faculdade da parte em não aderir à audiência telepresencial.....	339
3.21.18.4	Da oscilação do sinal de internet e da dificul- dade com o uso da tecnologia.....	344
3.21.19	Da instrução processual e da garantia de incomunica- bilidade de partes e de testemunhas.....	347
3.21.20	A prova técnica simplificada telepresencial	348
3.21.21	Da publicidade da audiência por videoconferência – Aca- dêmicos de direito e terceiros podem assisti-la	348
3.21.22	Sustentações orais telepresenciais em sessões do TRT..	349
3.22	Honorários advocatícios sucumbenciais.....	349
Capítulo IV – RAZÕES FINAIS E SUA UTILIDADE		359
Capítulo V – ACERCA DA ÚLTIMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO ..		361
Capítulo VI – SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS E SUA APURAÇÃO....		363
6.1	Aviso prévio.....	363
6.1.1	Aviso prévio – prazo para a sua concessão. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço	363
6.1.2	Aviso prévio indenizado	366
6.1.3	Efeitos do aviso prévio no contrato	366
6.1.4	A ocorrência de infração trabalhista no curso do aviso prévio trabalhado. Justa Causa e Rescisão indireta.....	369

6.1.5	Verbas rescisórias de natureza indenizatória não devidas no caso de justa causa.....	370
6.1.6	Falta patronal no curso do aviso – rescisão indireta	371
6.1.7	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta – justa causa patronal.....	371
6.1.8	Apuração do aviso prévio	372
6.2	Apuração do 13º salário.....	372
6.3	Apuração de férias, com 1/3	373
6.4	Apuração do fgts e multa de 40%.....	375
6.5	Apuração das horas extras.....	377

**Capítulo VII – REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017
– SUBSÍDIOS DE DIREITO MATERIAL PARA UMA ATUAÇÃO EFICIENTE EM AUDIÊNCIA..... 379**

7.1	Não é mais obrigatória a assistência sindical ou do ministério do trabalho para homologação de pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão	379
7.2	Férias: possibilidade de fracionamento	380
7.3	As férias não mais poderão ter início na véspera de feriados e do repouso semanal	381
7.4	Foi unificado o prazo para o empregador pagar a rescisão contratual.....	381
7.5	Foi autorizada a terceirização ampla, tanto da atividade-meio, quanto da atividade-fim da empresa.....	382
7.6	Mulheres trabalhadoras – acabou o intervalo obrigatório de descanso (15 min) antes de iniciar o cumprimento de horas extras.....	386
7.7	Gestantes e lactantes passaram a poder trabalhar em ambiente e atividades de insalubridade média e mínima	386
7.8	Os horários dos descansos para amamentação poderão ser definidos em acordo individual entre patrão e empregado.....	390
7.9	Algumas parcelas pagas ao empregado não mais integram a remuneração e nem gerarão reflexos em outras verbas contratuais	391
7.10	Ficou mais difícil o empregado conseguir equiparação salarial com um colega da mesma empresa.....	394

7.11	Não é mais necessário firmar convenção coletiva ou acordo coletivo para a adoção do regime de trabalho 12 x 36.....	396
7.12	O intervalo para repouso e alimentação no trabalho na escala 12 x 36 poderá ser indenizado ao invés de usufruído.....	398
7.13	Escala 12 x 36 – o pagamento pelo intervalo suprimido não mais refletirá nas outras verbas contratuais.....	399
7.14	Escala 12 x 36 – a remuneração ajustada para quem trabalhar na escala 12 x 36 já contempla os domingos e feriados trabalhados	400
7.15	Escala 12 x 36 e o trabalho insalubre – dispensa de autorização do ministério do trabalho	401
7.16	A escala 12 x 36 e o fim da remuneração da hora noturna prorrogada.....	402
7.17	Escala 12 x 36 – a prestação de horas extras habituais não mais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas	403
7.18	Horas <i>in itinere</i> ou horas de percurso não configuram tempo à disposição do empregador	404
7.19	As horas <i>in itinere</i> e o acidente de trabalho de percurso	406
7.20	Intervalo intrajornada parcialmente usufruído e o direito limitado ao pagamento do tempo de intervalo restante	407
7.21	A reparação do dano extrapatrimonial e SUA parametrização – ADI 6.050, 6.082 e 6.069	409
7.23	O direito de imagem do empregado e o uso de uniforme com logomarca dos parceiros comerciais do empregador ou dos produtos deste.....	417
7.24	Teletrabalho e horas extras	418
7.24.1	Teletrabalho: previsão contratual como requisito para a sua adoção.....	422
7.25	Férias: fracionamento – empregados menores e os maiores de 50 anos	422
7.26	A reforma trabalhista e a duração de convenção coletiva limitada a dois anos – vedação à ultratividade	422
7.27	Interrupção da prescrição apenas pelo ajuizamento de RT – OJ 392 da SDI 1-TST	423

7.28	A possibilidade de pactuação de cláusula compromissória de arbitragem – mitigação da atuação da justiça do trabalho.....	424
7.29	Plano de demissão voluntária (PDV) em CCT ou ACT – adesão e quitação plena	426
7.30	O termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória.	426
7.31	O autônomo com exclusividade e vinculado de forma contínua ao contratante sem ser empregado	427
7.32	O contrato de trabalho intermitente	428
7.33	A contagem de prazos processuais.....	432
7.34	O arquivamento da reclamação e a sua renovação: embaraço ao acesso à jurisdição.....	434
7.35	O abrandamento dos efeitos da revelia para o reclamado cujo advogado compareça à audiência munido de defesa.....	437
7.36	Até quando a reclamada poderá apresentar a sua defesa no processo judicial eletrônico – PJE?	438
7.37	Da desistência da reclamação no PJE.....	439
7.38	A Reforma trabalhista e a terceirização.....	443
7.38.1	Terceirização e quarentena	448
7.38.2	Da responsabilidade do contratante de serviço terceirizado no tocante às obrigações trabalhistas em sentido restrito	449
7.38.3	Terceirização e responsabilidade civil	449
7.39	A reforma trabalhista e o valor máximo a ser recolhido a título de custas processuais	451
7.40	Homologação de acordo extrajudicial e seu procedimento.....	451
7.41	O depósito recursal em conta vinculada ao juízo	453
7.42	O depósito recursal pela metade ou dispensado – inovação trazida pela reforma trabalhista	456
7.43	Sobre os honorários periciais provisórios	456
7.44	Honorários periciais definitivos a serem pagos ao perito da justiça.....	457
7.45	A reforma estabeleceu hipóteses que não podem ser configuradas como tempo à disposição do empregador	458
7.46	Equiparação salarial e discriminação por motivo de sexo ou etnia – previsão de multa.....	459

7.47	Pagamento rescisório – época própria – e possibilidade de pagamento via depósito bancário.....	459
7.48	Extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (art. 484-A)	460
7.49	Reforma trabalhista – a prevalência do convenicionado sobre o legislado	462
7.50	A majoração da multa por empregado sem anotação em CTPS (Art. 47).....	465
7.51	Valor do gravame de hora extra – atualização para 50% conforme CF – (art. 59, § 1º).....	466
7.52	O cálculo das horas extras nos regimes 12 x 36, 12 x 24, 12 x 48, 24 x 24 e 24 x 48	466
7.53	A lei da liberdade econômica e as alterações no tocante A registro de jornada de trabalho.....	471
7.54	Sobre assédio moral e assédio sexual no trabalho.....	473
7.54.1	Assédio Moral – Conceito.....	474
7.54.2	Tipos de assédio moral	476
7.54.2.1	Assédio moral interpessoal.....	476
7.54.2.1.1	Assédio moral vertical descendente, assédio moral horizontal, assédio moral vertical ascendente e assédio moral misto	478
7.54.2.2	Assédio moral organizacional ou institucional	479
7.54.3	Assédio moral no trabalho – Iniciativa	482
7.54.4	Os propósitos do assediador	483
7.54.5	O processo de assédio moral: elementos componentes e características	483
7.54.6	Assédio moral – vítimas mais frequentes.....	483
7.54.7	Condutas tipificadoras de assédio moral – as mais comuns.....	484
7.54.8	Assédio sexual – Conceito.....	487
7.54.8.1	Assédio sexual por chantagem (ou por intercâmbio).....	487
7.54.8.2	Assédio sexual ambiental (ou por intimidação)	488
7.54.8.3	Evidências de assédio sexual ambiental	488
7.54.9	Assédio moral e sexual – principais consequências	489

7.54.10 Provas do assédio.....	493
7.54.11 Efeitos jurídicos dos assédios moral e sexual no trabalho	493
7.54.12 Efeitos jurídicos quando o assédio é praticado por outro empregado e não pelo empregador.....	494
7.54.13 Assédio moral e assédio sexual – tipificação penal	494
7.54.14 Assédio moral no serviço público é considerado improbidade	495
7.54.15 Assédio moral e sexual no âmbito da advocacia.....	497
7.54.16 A responsabilidade civil do assediador, o tabelamento do dano moral e o dano em ricochete.....	498
7.54.17 Assédio moral e assédio sexual. Condutas a serem adotadas pela vítima e pelas pessoas que presenciam essas práticas abusivas	504

Capítulo VIII – A FASE DE EXECUÇÃO E O EFETIVO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA 509

8.1 Reclamação trabalhista e pedidos líquidos – sentença líquida – considerável vantagem para a rápida execução da sentença.....	509
8.2 Limitação ao impulso oficial – execução de sentença.....	510
8.3 A aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho	513
8.4 Liquidação da sentença – vista obrigatória às partes, para impugnação fundamentada da conta de liquidação.....	513
8.4.1 A ADC 58/DF e a correção monetária dos débitos trabalhistas	515
8.5 O rito da execução – a reforma trabalhista, a suposta modernidade e a eficiência do procedimento	518
8.6 Reforma trabalhista – penhora – inovações acerca da garantia do juízo	520
8.7 Reforma trabalhista – a inclusão do nome do devedor em cadastro de devedores – anotações no bndt – protesto – SERASAJUD	521
8.8 Reforma trabalhista – responsabilidades do sócio que se retira da sociedade – a reforma e a maior segurança jurídica.....	522
8.9 Reforma trabalhista – dificuldades para a caracterização do grupo econômico e restrição das medidas executivas.....	523
8.10 A reforma trabalhista e o incidente de descon sideração da personalidade jurídica do CPC.....	524

8.10.1	O IDPJ e a Lei da Liberdade Econômica	526
8.11	Sucessão de empregadores e as responsabilidades das empresas sucessora e sucedida	535
8.12	Ações visando a penhora de bens do devedor – ferramentas que auxiliam na identificação do patrimônio dos devedores e na sua apreensão.....	536
	PESQUISA PATRIMONIAL.....	537
	BACENJUD/SISBAJUD	538
	RENAJUD	541
	INFOJUD	544
	SIMBA 546	
	CCS	547
	CNIB	548
	PENHORA ON-LINE	549
	CAGED	549
	CENSEC	550
	COAF	550
	INFOSEG.....	551
	ANAC	552
	SNCR	552
	SERASAJUD	553
	FACEBOOK, INSTAGRAM E LINKEDIN	554
	GOOGLE E IZITO	555
	SITE DE BUSCA DE PROCESSOS JUDICIAIS.....	555
	QSA	557
	PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.....	557
	COMPROT.....	558
	PROJETO GARIMPO: Tratamento Adequado dos Depósitos Ju- diciais em Processos Arquivados Definitivamente.....	559
8.13	Execução – cumprimento de sentença – outras medidas eficazes à entrega da prestação jurisdicional.....	563
8.13.1	A remoção imediata do bem móvel penhorado.....	566
8.13.2	Penhora no rosto dos autos de ações movidas pelo executado em outros ramos da jurisdição	566
8.13.3	Adjudicação antecipada.....	567
8.13.4	Penhora de bem de família suntuoso	567

8.13.5	Penhora de bem de família na execução de condenação decorrente de responsabilidade civil	568
8.13.6	Penhora de salários, de proventos de aposentadoria e de caderneta de poupança no CPC de 2015	569
8.13.7	Medidas indutivas, coercitivas e mandamentais atípicas – retenção de passaporte, de CNH, de cartões de crédito e outras privações.....	574
8.13.8	A reforma trabalhista e a execução de honorários de sucumbência	580
8.13.9	Execução individual da decisão genérica proferida nos autos da ação coletiva.....	584
8.13.10	Acerca da possibilidade de parcelamento da dívida – Art. 916 do CPC.....	589
8.13.11	Centralização das execuções contra os grandes devedores – REEF e PEPT	597
	8.13.11.1 Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT	598
	8.13.11.2 Regime Especial de Execução Forçada – REEF	601
8.14	Execução direcionada à devedora subsidiária e a desnecessidade de exaurimento de todos os atos executivos em face da devedora principal	604
8.15	Execução em face de empresa de terceirização de serviço e a impossibilidade de bloqueio de seu crédito junto ao ente público tomador do serviço	606

Capítulo IX – OUTROS IMPORTANTES SUBSÍDIOS RELATIVOS AO DIREITO PROCESSUAL E AO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO

9.1.	Acidente de trabalho e responsabilidade civil.....	611
9.1.1	O conceito legal de acidente de trabalho.....	611
9.1.2	O acidente de trabalho e as lamentáveis estatísticas brasileiras.....	614
9.1.3	Acidentes de trabalho e as suas graves consequências jurídicas.....	616
9.1.4	Acidente de trabalho que não gera a morte do trabalhador e a reparação do dano patrimonial por ele sofrido.	619

9.1.5	Consequências jurídicas do acidente de trabalho com resultado morte	652
9.1.6	A idade limite para recebimento de pensão pelos filhos e o direito de acrescer dos beneficiários remanescentes	657
9.2	Alteração do contrato de trabalho e o princípio da inalterabilidade contratual unilateral lesiva ao empregado	659
9.3	Temas dos incidentes de recursos de revista repetitivos	669
	TEMA Nº 001. Dano moral. Exigência de certidão de antecedentes criminais. Candidato a emprego.....	669
	TEMA 002 Bancário. Horas Extras. Divisor. Bancos Públicos e Privados.....	670
	TEMA 003 Honorários Advocatícios Sucumbenciais	672
	TEMA 004 Multa do art. 475-J da Lei nº 5.869/73. Inaplicabilidade ao processo do trabalho	675
	TEMA 005 Adicional de insalubridade. Utilização de fones de ouvido. Operador de telemarketing.....	675
	TEMA 006 Responsabilidade subsidiária. Dono da Obra. Aplicação da Orientação Jurisprudencial 191 da SBDI-1 limitada à pessoa física ou micro e pequenas empresas	676
	TEMA 008 Agente de apoio socioeducativo da Fundação Casa. Adicional de Insalubridade. Laudo Pericial. Súmula 448, I, do TST.....	678
	TEMA 009 Repouso semanal remunerado – RSR – integração das horas extraordinárias habituais – repercussão nas demais parcelas salariais – bis in idem – edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária à jurisprudência iterativa e notória do TST (OJ Nº 394, DA sbdi-1, DO TST)	679
	TEMA 010 Direito ao adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamento de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia	679
	TEMA 012 SERPRO - Prêmio de Produtividade – Supressão – Prescrição	680
	TEMA 014 Intervalo intrajornada – concessão parcial – aplicação analógica do artigo 58, § 1º, da CLT.....	681

TEMA 015 Possibilidade de cumulação do 'Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC' com o 'Adicional de Periculosidade' , previsto no § 4º do art. 193 da CLT aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que desempenham a função de carteiro motorizado (Função Motorizada 'M' e 'MV'), utilizando-se de motocicletas.	682
TEMA 016 Adicional de Periculosidade. Artigo 193, inciso II, da CLT. Fundação Casa. Agente de Apoio Socioeducativo. Atividades e Operações Perigosas. Anexo 3 da NR 16 (Portaria 1.885/2013 - Ministério do Trabalho).....	683
TEMA 017 Cumulação de Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade amparados em fatos geradores distintos e autônomos.....	684
TEMA 018 Definição da espécie e dos efeitos do litisconsórcio passivo nos casos de lide acerca da terceirização de serviços.....	685
Capítulo X – SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST EM MATÉRIA PROCESSUAL	687
10.1 Súmulas.....	687
10.2 Orientação Jurisprudencial do TST.....	714
Capítulo XI – O PROCESSO DO TRABALHO – FASE COGNITIVA – GUIA SINTÉTICO	721